

**HABEAS CORPUS Nº 549.144 - SP (2019/0359337-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : MARCELO JOSE ORTEGA  
**ADVOGADO** : MARCELO JOSÉ ORTEGA - SP0400982  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO  
**PACIENTE** : ELADIO MAGURNO CORREA JUNIOR (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de ELADIO MAGURNO CORREA JUNIOR contra ato de Desembargador Relator do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (HC nº 5030769-17.2019.4.03.0000).

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso temporariamente no bojo da denominada Operação Cadeia Alimentar, que investiga a suposta prática dos delitos de cartel, fraude a licitações, falsidade ideológica e organização criminosa.

Segundo consta, o magistrado decretou a prisão temporária do paciente e de outras 26 pessoas, bem como determinou a realização de ações de busca e apreensão, bloqueio de ativo e sequestro de bens.

A defesa impugnou o decreto de prisão por meio da ordem originária, cuja liminar foi indeferida pelo Relator (e-STJ fls. 32/39).

No presente *writ*, a defesa alega que a prisão temporária está sendo utilizada como subterfúgio à vedada condução coercitiva, ou seja, com a simples finalidade de ouvir o segregado. Afirma que o paciente somente não foi liberado porque declinou da possibilidade de assinar uma colaboração premiada.

Argumenta que, mesmo após ser ouvido pela autoridade policial, continua preso.

Requer, assim, a superação do enunciado nº 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, para que, em liminar e no mérito, seja relaxada a prisão

temporária.

É o relatório. Decido.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar, a menos que fique demonstrada flagrante ilegalidade, nos termos do enunciado n. 691 da Súmula do STF, segundo o qual *não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.*

No mesmo sentido, confira-se o seguinte precedente:

*CRIMINAL. HC. QUADRILHA. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. ATO DE DESEMBARGADOR. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. SÚMULA N.º 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ORDEM NÃO CONHECIDA.*

*1- Não cabe habeas corpus contra indeferimento de liminar, exceto em casos de evidente e flagrante ilegalidade, sob pena de indevida supressão de instância, uma vez que o mérito da ordem originária ainda não foi apreciado no Tribunal a quo.*

*2- Súmula n.º 691 que teve sua validade reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal, com a ressalva de que o enunciado não impede o conhecimento de habeas corpus, se evidenciado flagrante constrangimento ilegal.*

*3- Não sendo possível constatar qualquer ilegalidade na decisão recorrida, deve o paciente aguardar a apreciação do mérito da questão aduzida em 2º grau.*

*4- Ordem não conhecida (HC n. 82.163/SP, Rel. Ministra JANE SILVA – Desembargadora Convocada do TJ/MG – DJe 1/10/2007).*

Assim, salvo excepcionalíssima hipótese de ilegalidade manifesta, não é de se admitir casos como o dos autos. Não sendo possível a verificação, de plano, de qualquer ilegalidade na decisão recorrida, deve-se aguardar a manifestação de mérito do Tribunal de origem, sob pena de se incorrer em supressão de instância e em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

No caso, verifica-se que o *decisum* apresenta fundamentação suficiente e idônea a afastar a alegação, neste momento, de manifesta ilegalidade que justificasse a superação do enunciado sumular, notadamente se considerado o que foi enfatizado pelo Relator no Tribunal *a quo*. Veja-se (e-STJ fls. 24/27):

*Trata-se de , com pedido liminar, impetrado por Marcelo José Habeas Corpus Ortega, em favor de contra ato judicial emanado ELÁDIO MAGURNO CORREA JUNIOR, do MM. Juízo da 4ª Vara Federal de Ribeirão Preto/SP (Dr. Augusto Martinez Perez), que, no bojo do Autos nº 0000585-93.2019.403.6102 (“OPERAÇÃO CADEIA ALIMENTAR – FASE 02”), determinou a prisão temporária do paciente (ao lado de demais investigados), bem como busca e apreensão a serem realizadas em diversos endereços, sem se descurar, ainda, de comando afastando o sigilo de dados armazenados em contas de e de bloqueio de numerário para fazer frente a possível reparação de dano futura.*

*e-mail A impetração sustenta, sinteticamente, que o r. provimento judicial acoimado de coator estaria em descompasso com os requisitos necessários à decretação da prisão temporária, considerando sua nítida finalidade de oitiva do paciente.*

*Alega que a medida é desproporcional e afronta os princípios constitucionais da Dignidade da Pessoa Humana e do Devido Processo Legal.*

*Argumenta ainda que a investigação subjacente, denominada “Operação Cadeia Alimentar” arrasta-se há dois anos sem que o paciente tenha sido acusado da prática de qualquer tipo de conduta perturbadora ao seu regular andamento, tendo comparecido a todos os atos aos quais fora intimado, bem como vir cumprindo as medidas cautelares que lhe foram impostas.*

*Afirma, por fim, que o paciente não apresenta antecedentes criminais, tem endereço fixo e boa conduta social.*

*Requer, liminarmente, a revogação da prisão temporária, com a expedição de Alvará de Soltura ou, alternativamente, a imposição das medidas cautelares previstos no artigo 319 do CPP, em substituição à constrição temporária. No mérito, a confirmação da liminar com a concessão da ordem.*

*É o relatório. Decido.*

*A ação de tem pressuposto específico para sua Habeas Corpus admissibilidade, qual seja, a demonstração da violência atual ou iminente, primo actu oculi qualificada pela ilegalidade ou pelo abuso de poder, que repercuta, mediata ou imediatamente, no direito à livre locomoção do paciente, conforme é possível ser inferido da previsão constante do art. 5º, LXVIII, da Constituição Federal ( Conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em ), e art. 647 do Código de sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder Processo Penal ( Dar-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, salvo nos casos ).*

*de punição disciplinar Ademais, importante salientar que o ordenamento jurídico pátrio não prevê (ao menos expressamente) a possibilidade de deferimento de medida liminar na via do remédio heroico ora manejado – na verdade, o deferimento de provimento judicial cautelar consiste em criação doutrinária e jurisprudencial que objetiva minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de plano, devendo haver a comprovação, para que tal expediente possa ser concedido, dos requisitos do e do fumus boni iuris periculum in mora .*

*Compulsando os autos, verifica-se que o presente não foi instruído com writ cópia da decisão impetrada, o que impossibilitaria o seu exame. Todavia, considerando que se trata de prisão temporária, que restaria prejudicada dado ao seu prazo exíguo, valho-me das informações contidas nos autos de nº Habeas Corpus 5030700-82.2019.4.03.0000, cujo objeto da impetração é o mesmo do tratado nestes autos.*

*DA PRISÃO TEMPORÁRIA A prisão temporária é uma das modalidades de prisão cautelar, disciplinada pela Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, sendo destinada à investigação policial com o fito de assegurar sua eficiência, cujos requisitos para a sua decretação encontram-se plasmados no art. 1º de mencionada Lei – a propósito (destaque nosso):*

*Art. 1º. Caberá prisão temporária: I - quando imprescindível para as investigações do ; II - quando o indicado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos inquérito policial necessários ao esclarecimento de sua identidade; III - quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do : a) homicídio doloso ( art. 121, caput, e seu §2º); b) indiciado nos*

*seguintes crimes seqüestro ou cárcere privado (art. 148, caput, e seus §§ 1º e 2º); c) roubo (art. 157, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º); d) extorsão ( art. 158, caput, e seus §§ 1º e 2º); e) extorsão mediante seqüestro ( art. 159, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º); f) estupro (art. 213, caput, e sua combinação com o art. 223, caput, e parágrafo único); g) atentado violento ao pudor (art. 214, caput, e sua combinação com o art. 223, caput, e parágrafo único); h) rapto violento (art.*

*219, e sua combinação com o art. 223, caput, e parágrafo único); i) epidemia com resultado de morte (art. 267, §1º); j) envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal qualificado pela morte (art. 270, caput, combinado com art. 285); l) quadrilha ou ; m) genocídio (arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889. de bando (art. 288), todos do Código Penal 1º de outubro de 1956), em qualquer de suas formas típicas; n) tráfico de drogas (art. 12 da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976); o) crimes contra o sistema financeiro (Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986); p) crimes previstos na Lei de Terrorismo.*

*Por sua vez, o art. 2º de indicada legislação prevê que a prisão temporária será decretada por ordem emanada da autoridade judicial em razão de representação formulada pelo Delegado de Polícia ou de requerimento aviado pelo Ministério Público Federal, cabendo, ademais, salientar que a constrição da liberdade de locomoção ocorrerá pelo lapso de 05 (cinco) dias, passível de ser prorrogado por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade – nesse sentido:*

*Art. 2º. A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.*

*Importante ser dito que predomina na jurisprudência entendimento segundo o qual basta a conjugação dos incisos I e II ou dos incisos I e III do art. 1º da Lei nº 7.960/1989 para que a privação de liberdade possa ser deferida. Nesse sentido, seguem precedentes firmados por este C. Tribunal Regional Federal da 3ª Região sobre a matéria:*

*PROCESSUAL PENAL E PENAL: HABEAS CORPUS. . DECURSO PRISÃO TEMPORÁRIA DO PRAZO. PERDA DE OBJETO. INOCORRÊNCIA. OPERAÇÃO ÁRTICO. . LEI 7.960/89 . LEGITIMIDADE. PRAZO DE 24 HORAS PREVISTO NO ARTIGO 2º REQUISITOS PARÁGRAFO 2º DA LEI 7.960/89. CONTADO DA DATA DO REQUERIMENTO E NÃO*

DA REPRESENTAÇÃO. ACESSO AOS AUTOS ASSEGURADO. JUSTA CAUSA. INQUÉRITO POLICIAL. TRANCAMENTO. APURAÇÃO DE FATOS CONSIDERADOS CRIME.

NECESSIDADE DO PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES. PRINCÍPIO DA ABSORÇÃO. CRIME DE DESCAMINHO. BEM JURÍDICO TUTELADO. ENCERRAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

(...) III - Conforme orientação pretoriana, os requisitos devem ser alternativamente preenchidos para que a segregação cautelar seja considerada legítima, sendo desnecessária a sua cumulação. Dentro desse contexto, é suficiente a conjugação dos incisos I e II ou I e III, do artigo 1º da Lei 7.960/89, para que seja perfeitamente lícita a (TRF3, 00267422820094030000, Des. Fed. (...) decretação da prisão temporária HC CECILIA MELLO, SEGUNDA TURMA, e-DJF3 Judicial 1 DATA:09/09/2010 PÁGINA: 370) – destaque nosso.

‘HABEAS CORPUS’ - TRÁFICO INTERNACIONAL DE ENTORPECENTES - PACIENTE FORAGIDO - PRISÃO TEMPORÁRIA DECRETADA CONFORME OS REQUISITOS LEGAIS - ORDEM DENEGADA. 1. O fato de o paciente possuir residência fixa, ocupação lícita e família constituída, não é hábil para a revogação da ordem de prisão temporária decretada.

2. Os requisitos para a decretação da prisão temporária estão arrolados nos incisos e alíneas do artigo 1º da Lei 7.960/89, e devem ser alternativamente preenchidos para que a segregação cautelar seja considerada legítima. Conforme jurisprudência já sedimentada, não é necessária a cumulação de tais requisitos. Basta a conjugação dos incisos I e II ou I e III, do artigo 1º da Lei 7.960/89, para que seja perfeitamente lícita a . Na hipótese, os incisos I e III do artigo 1º estão decretação da prisão temporária suficientemente caracterizados, o que permite reconhecer como legal a ordem de prisão do paciente. 3. Há fundadas razões, levando em conta os elementos de prova trazidos aos autos, para concluir que o paciente atuou como co-autor no delito de tráfico internacional de entorpecente aqui noticiado, além do que o seu aprisionamento temporário se impõe como providência imprescindível para a colheita de provas e o prosseguimento das investigações levadas à cabo pela Polícia Federal. 4. Há necessidade de aprofundamento das investigações para o cabal esclarecimento dos fatos, que autoriza a manutenção da ordem de prisão temporária do

*paciente. 5. E ainda há que se ter em mente que a intenção do legislador, ao elaborar a Lei 7.960/89, foi criar uma espécie de prisão processual, cabível apenas em certos crimes, que demandasse requisitos menos rígidos do que aqueles impostos pelo Código de Processo Penal para a prisão preventiva. O motivo dessa flexibilização foi justamente assegurar aos órgãos estatais envolvidos na fase pré-processual da persecução penal, o manejo de um instrumento eficaz na coerção do direito de ir e vir dos investigados, sempre que se revelasse necessária a restrição. 6. Estão nestes autos espelhados os requisitos traçados pelo legislador para a decretação da prisão temporária, visto que, dentre outros, há indícios significativos da autoria e da materialidade do crime de tráfico internacional de drogas, motivo pelo o qual, ao menos neste passo, não se vê nulidade na decisão que decretou a segregação cautelar do paciente. 7. Ordem denegada.*

*(TRF3, 00829240520074030000, Des. Fed. RAMZA TARTUCE, QUINTA TURMA, DJU HC DATA:18/09/2007) – destaque nosso.*

*DO CASO DOS AUTOS Diante de fundadas razões tanto de materialidade como de participação do paciente nos delitos sob investigação (a princípio e em tese, crimes de cartel, de fraude a procedimentos licitatórios, de falsidade ideológica e de organização criminosa), a autoridade judicial acoimada de coatora determinou sua prisão temporária com fundamento nos , asseverando, para tanto, a incisos I e III do art. 1º da Lei nº 7.960/1989 necessidade de tal constrição de liberdade à luz da necessidade de obtenção de provas que até então pareciam encontrar-se em cometimento, relacionadas com as infrações sem prejuízo de ainda fundamentar seu comando judicial na necessidade de se evitar entre aqueles que, ao que parece, estavam imbricados potencial montagem de versão nos fatos constantes do feito subjacente – a propósito (ato coator – ID 107448896 dos autos de Habeas Corpus 5030700-82.2019.403.0000):*

*(...) A autoridade policial, com o apoio do MPF, indica que, nesta fase, não há como obter as provas necessárias sem a prisão temporária dos envolvidos nas fraudes delatadas e comprovadas por documentos e outras informações. Sem essa providência, os envolvidos poderão planejar e executar ações para obstar o esclarecimento de fatos já delineados, ocultar provas e estabelecer padrões de depoimentos entre si. Não se olvide que os meios eletrônicos de comunicação permitem que diálogos, contatos, documentos digitais sejam prontamente*

*destruídos, em segundo e com o acionar de comandos no teclado. Há indícios veementes da prática dos delitos de associação criminosa, além do crime de fraude nas licitações, tudo a recomendar a custódia temporária dos envolvidos. Registro não existir dúvidas quanto à participação dos investigados em associação criminosa nos vários municípios relacionados pela autoridade policial, sem de forma estável e com divisão de funções (...) a restrição temporária à liberdade se justifica, também , em face da já delineada estrutura sofisticada, complexa e modus operandi da Associação criminosa, a demandar a oitiva dos investigados, antes que escapem, destruam provas ou indícios ou interfiram na produção da prova (...) a representação elenca a participação de cada envolvido nos crimes apurados, as relações entre si e os vínculos com os colaboradores, tudo a sinalizar a pertinência da organização criminosa, reforçando a imprescindibilidade da prisão temporária.*

*Ademais, repita-se, fica evidente a imprescindibilidade da restrição temporária à liberdade dos investigados, para que sejam desde logo ouvidos pela autoridade policial, sem que se possibilite prévio acerto de versões entre si ou mesmo sob pressão de pessoas mais influentes, já que alguns deles ainda ostentam a qualidade de servidores públicos. Desse modo, presentes os requisitos que autorizam o decreto de prisão temporária, notadamente porque há fundadas razões (autoria e materialidade) da prática do crime de organização criminosa (Lei n. 7.960/1989, art. 1º, I e III, alínea 'I'). conforme tive a oportunidade de registrar, quando decidi autorizar medidas restritivas, na primeira fase desta Operação, os requisitos de autoria e materialidade documentalmente comprovados são confirmados pelos testemunhos e interrogatórios realizados naquela fase. Assim: [citação de diversos elementos a probatórios a corroborar a segregação cautelar] (...) veja-se, de forma individualizada e concretamente, quais os fatos menciona dos pelos colaboradores e que autorizam este juízo a decretar a segregação temporária, nos termos postos pela autoridade policial, com o referendo da d. Procuradoria da República (...) ELADIO MAGURNO CORREA JUNIOR, descrito pelo colaborador como LOBISTA e intermediário de negociações ; (...) os delitos objeto de apuração são graves, ilícitas junto à prefeitura de Franca/SP causam grande repercussão social, ao por em dúvida a lisura e a moralidade que devem ser observadas nos procedimentos licitatórios, onde está em jogo a res publica. No caso presente a repulsa e indignação da sociedade se avultam, pois os recursos*



*envolvidos são destinados majoritariamente à merenda escolar (...) é necessária, no caso vertente, a segregação temporária, como forma de se garantir a colheita da prova. A deflagração da Operação, insista-se, sem o recolhimento dos envolvidos, poderia inviabilizar essa providência, com a destruição ou ocultação de provas. Igualmente poderiam comunicar-se e combinar versões capazes de desmentir o quanto alegado pelos colaboradores (...) nessa conformidade e por estes fundamentos, DECRETO A PRISÃO TEMPORÁRIA de: (...) 18.*

*– destaques no original. ELADIO MAGURNO CORREA JUNIOR (...) Dentro de tal contexto, a teor do excerto anteriormente colacionado, depreende-se o efetivo implemento dos requisitos necessários ao deferimento da , com especial destaque para a prisão temporária ora combatida existência de (estas entendidas por elementos probatórios mínimos a respaldar tanto fundadas razões materialidade como indícios de autoria em desfavor daqueles cuja liberdade foi coarcta – provas amealhadas na primeira fase da OPERAÇÃO CADEIA ALIMENTAR acrescidas daquelas apresentadas pelos colaboradores), sem se descurar, outrossim, da efetiva constatação da imprescindibilidade da medida excepcional para a finalidade de a permitir o desbaratamento de organização obtenção de mais elementos de prova criminosa que, ao que consta dos autos, existiria (espraiando efeitos em âmbito privado como também no seio da Administração Pública de diversas municipalidade em arrepio dos mais mezinhos princípios que deveriam regê-la).*

*Destaque-se, ademais, a subsunção da situação fática ao rol de delitos na justa medida em que há indícios de que permite a segregação ora em apreciação prática do crime de , infração penal esta que se coaduna com a organização criminosa hipótese contida no art. 1º, III, alínea I, da Lei nº 7.960/1989. É verdade que mencionado preceito legal faz menção ao antigo crime de quadrilha ou bando, previsto no art. 288 do Código Penal, atualmente nominado de associação criminosa, de molde que se poderia tecer ilação que a Lei de Prisão Temporária não comportaria a constrição de liberdade para investigado pela execução do crime de organização criminosa (elencado na Lei nº 12.850/2013). Ocorre, entretanto, que tal argumentação encontrar-se-ia desprovida de razoabilidade na justa medida em que, se um crime menos grave (como a quadrilha ou bando – atual associação criminosa) permitiria a medida, com muito mais assertividade a prisão temporária poderia ser decretada com supedâneo na existência de organização criminosa (que ,*

*por princípio, mostra-se mais grave em relação ao tipo penal elencado no art. 288 do Código Penal).*

*Quanto ao fato de que a prisão temporária teria sido decretada como um subterfúgio à vedada condução coercitiva, de modo que estaria havendo uma manifesta ilegalidade à luz do que o C. Supremo Tribunal Federal decidiu quando do julgamento das Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental nºs 395 e 444. Entretanto, tal argumentação não merece guarida na justa medida em que a segregação da liberdade encontra-se fundada na necessidade de se obter elementos probatórios de todo o engendro, em tese, criminoso, o que extrapola em muito a simples oitiva de quem quer que figura como investigado. Aliás, parece evidente que, uma vez encetadas as medidas de busca e apreensão e de prisão temporária daqueles elencados no ato judicial tido como coator, a autoridade policial promova a arguição de tais pessoas, o que não significa que teria havido condução coercitiva (e muito menos desrespeito ao que restou decidido pelo C. Pretório Excelso), bem como que teria havido mácula ao direito ao silêncio ou de não se auto incriminar. Nesse diapasão, quando da inquirição dos detidos pelo Delegado de Polícia Federal, por certo será respeitado todo o plexo de direitos fundamentais assegurados ao investigado, dentre eles o direito ao silêncio e de não produzir prova contra si mesmo.*

*Ademais, pode o investigado produzir prova a seu favor, em um momento muito importante: imediatamente após deflagrada a operação.*

*Noto que estar sob regime jurídico de prisão temporária difere substancialmente de estar sob condução coercitiva, pois o investigado pode ficar até cinco dias detido e pernoitará na Carceragem da Polícia Federal, sob o mesmo regime disciplinar das demais pessoas recolhidas. Vale dizer, o ato praticado não tem natureza jurídica de condução coercitiva.*

*Consigne-se, por fim, que não há que se falar em desrespeito à cláusula de reserva de jurisdição na justa medida em que o magistrado de 1º grau teria deferido a possibilidade ao Delegado Federal de, uma vez efetivadas todas as medidas julgadas pertinentes (dentre elas, obviamente a oitiva dos detidos temporariamente), colocar os presos cautelares em liberdade sem que, para tanto, houvesse a necessidade de decisão liberatória emanada pelo Poder Judiciário (apenas comunicação fundamentada a posteriori).*

*Particularmente, tenho que tal cláusula seja irregular, pois não*

*prevista em lei.*

*Todavia, ainda que assim fosse entendido, tenho que dessa pretensa irregularidade processual não exsurge nulidade ou invalidade do ato, porquanto a determinação contida no ato apontado como coator parece prestigiar a restrição de liberdade no menor tempo possível e apenas na medida imprescindível à realização dos atos pendentes junto à autoridade policial do que com uma pecha de ilegalidade.*

*Explica-se: uma vez esgotada a necessidade da constrição à liberdade de locomoção dos investigados (dentre os quais o paciente), não vislumbrou a autoridade judicial na primeira instância a necessidade de ser proferida ordem judicial liberatória (o que acabou sendo delegado à autoridade policial) o que em última análise é mais favorável ao paciente, pois não se faz necessário que a manifestação do delegado seja submetida ao parecer do MPF e, posteriormente, à decisão judicial.*

*A lei assim o prevê, porém, o Magistrado julgou que no caso dos autos é possível dispensar-se essa formalidade . Não vislumbro, pois, em favor do investigado prejuízo ao paciente. Noto que aparentemente o órgão acusador nada opôs a esse procedimento.*

*Desde logo ressalvo meu entendimento pessoal em sentido contrário, entretanto, não tenho como constatar que tal estratégia prejudique o paciente; nem que macule o instituto jurídico da prisão temporária, que sequer pode ser decretada de ofício pelo Juízo (art. 2º da Lei n. 7.760/89), sendo decretada apenas após provocação da autoridade policial e/ou da parte interessada, a acusação.*

*Por fim, ressalto que após cinco dias o preso deverá ser posto imediatamente em liberdade, se não decretada a prisão preventiva (parágrafo 7º do referido artigo 2º), de modo que a autoridade judicial apenas estatuiu que esse efeito automático pode ocorrer antes dos cinco dias.*

*Assim, por tudo o que se acaba de expor, plenamente satisfatória a fundamentação e os aspectos que ensejaram a custódia cautelar temporária do paciente ELADIO MAGURNO CORREA JUNIOR haja vista que balizada nos estritos ditames do art. 1º, I e III, alínea , da Lei nº 7.960/1989.*

#### *DISPOSITIVO*

*Ante o exposto, inexistindo na espécie constrangimento ilegal a ser sanado por meio do presente Habeas Corpus, INDEFIRO a*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*liminar pleiteada.*

Verifica-se, portanto, que a questão posta em exame - acerca da real natureza, intenção e necessidade da prisão temporária decretada - não é livre de controvérsias, de modo a justificar a superação do enunciado nº 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal. Ao contrário, trata-se de matéria que demanda averiguação mais profunda pelo Tribunal de origem, no momento adequado.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro** liminarmente o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator